

JUSTA CAUSA POR EMBRIAGUEZ – NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS POSTULADOS DE DIREITOS HUMANOS

Jaciana da Silva Oliveira

Aluna do 9º período do curso de Direito do IESP

Thayse Vilar de Holanda

Aluna do 9º período do curso de Direito do IESP

Jose Neto Barreto Júnior

Especialista em Processo Civil e Direito Penal; mestrando em Direito Econômico / UFPB professor do Centro Unioversitário de João Pessoa e Advogado;

RESUMO

O conteúdo apresentado constitui uma análise hodierna ao estágio jurisprudencial e doutrinário concernente a regra insculpida no art.482, “f” da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e sua aplicabilidade atual quando a análise da situação fática postula o respeito a Dignidade da Pessoa Humana, tanto como direito fundamental, uma vez que encartado no art.5º da Constituição Federal de 1988, quanto no que se refere a sua denominação no plano internacional como Direito Humano, acrescida ainda da interpretação gramatical do texto Consolidado.

Palavras-chave: Alcoolismo nas Relações de Trabalho. Dignidade da Pessoa Humana. Direitos Fundamentais.

ABSTRACT

The content analysis is presented today to the stage jurisprudence and doctrine concerning the rule inscribed in art. 482, “f” Consolidations of Labor Laws – CLT and its applicability when the current factual situation analysis postulates the respect of Human Dignity both as a fundamental right, as inserted in art. 5 of the Federal Constitution of 1988, as in the case its name internationally as a Human Right, plus even the grammatical interpretation of the Consolidated text.

Key words: Alcoholism in Labor Relations. Human Dignity. Fundamental Rights.

1 INTRODUÇÃO

Construído em face da problemática evidenciada pelo crescente número de trabalhadores acometidos de alcoolismo aos quais o tratamento dispensado não condiz com seu estado de doente, possui o escopo fundamentar a inaplicabilidade do art.482, “f” da CLT ao referenciado indivíduo.

O presente enfoque alcança a imprescindibilidade do ambiente laboral e as relações ali desenvolvidas, sob a ótica da hipossuficiência do empregado, da função social da empresa privada e da responsabilidade do Estado no auxílio ao segurado incapacitado para o trabalho, todos, em atenção a problemática evidenciada no descarte da mão de obra por esta não mais apresentar as

características necessárias a continuidade de venda de sua força de trabalho. Convém destacar que a hipótese de estudo alcança o indivíduo acometido de alcoolismo, bem como que o escopo pretendido refere-se a não aplicabilidade do disposto na CLT na hipótese de diagnosticada a moléstia.

Estruturada em quatro pilares centrais, a presente análise foi disposta inicialmente sob a concepção contemporânea dos direitos fundamentais, conforme corrente majoritária do Direito Pátrio no que refere a positivação constitucional do que no plano internacional denomina-se Direitos Humanos. Posteriormente adentramos na necessidade de observação dos postulados internacionais dentro da jurisdição doméstica, alcançando a análise interpretativa do denominado embriaguez pela CLT, sua estrutura e modo de manifestação contumaz ou não, ao que acrescentamos a posição jurisprudencial quanto ao tema. Concluídas as citadas abordagens nos reportamos a uma adequada interpretação, em face dos postulados fundamentais elencados, não nos esquivando em evidenciar o caráter discriminatório direcionado ao trabalhador alcoólatra na hipótese da resolução contratual que advir de razões provenientes de manifestações do seu estado de saúde.

2 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO AMBIENTE LABORAL

A expressão direitos humanos foi consagrada nos textos de direito internacional, justamente porque se objetivou uniformizá-los em todo o mundo a partir de “parâmetros ocidentais”, no Direito pátrio a corrente majoritária opta pela denominação Direitos Fundamentais, a qual nos filiamos.

O movimento de internacionalização dos Direitos Humanos ou Direitos Fundamentais, surgido no pós 2ª Guerra Mundial, como resposta às agressões aos direitos humanos, cujo grande algoz era o próprio Estado, e esforço em torná-los o grande paradigma ético de orientação da ordem internacional nasce como uma tentativa humanitária capaz de inverter a lógica da barbárie de descartabilidade da pessoa humana, cujo auge se deu com as atrocidades cometidas durante o Nazismo.

Nesse pós guerra, dois movimentos político jurídicos começaram a se dar, de um lado as constituições dos estados ocidentais passaram a apresentar em seus textos os princípios e valores humanos e do outro a ordem internacional construiu textos de Direito Internacional dos Direitos Humanos, notadamente a Declaração Universal de 1948, reforçada pela Declaração dos Direitos Humanos, de Viena em 1993.

Deu-se o início da construção do sistema normativo de proteção aos direitos humanos, no âmbito do Direito Internacional, e do garantismo constitucional estruturado nas teses de Luigi Ferrajoli, segundo o qual a construção das molas mestras do estado de direito, que tem por fundamento a tutela do indivíduo frente às variadas formas de exercício arbitrário de poder. A partir

dali tal movimento surge como embrião de um pretense constitucionalismo internacional ou mundial, cujo foco principal seria limitar o poder do Estado e tutelar os direitos, por meio da ampla proteção, notadamente àqueles que são os fundamentais nas ordens domésticas e cujo núcleo é de direito humano.

A partir de então, especialmente com a Declaração Universal de 1948, inaugurou-se um processo de universalização ou internacionalização normativa de regras concernentes aos direitos humanos em um movimento de formação do sistema global de proteção. Para Piovesan (2008, p. 6):

É integrado por tratados internacionais de proteção que refletem, sobretudo, a consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados, na medida em que invocam o consenso internacional acerca de temas centrais aos direitos humanos, na busca da salvaguarda de parâmetros protetivos mínimos – do “mínimo ético irredutível”.

Nesse sistema, o valor da Dignidade Humana é alçado à condição de “superprincípio”, verdadeiro postulado, a orientar o constitucionalismo pós segunda guerra, onde se insere o constitucionalismo brasileiro.

A nova ideia é a de que os direitos humanos não devem mais delimitação a ordem interna dos Estados. Hodiernamente, a forma como os Estados tratam o ser humano nacional (integrado à jurisdição local), ganha interesse internacional.

É necessário ressaltar que o sistema doméstico e o internacional não se opõem. Há entre eles uma complementaridade, de maneira que o indivíduo passe a ter tanto a proteção nacional, enquanto cidadão, como a proteção internacional enquanto “membro da família humana”¹.

Grande contribuição trouxe a Declaração de Direitos Humanos de Viena em 1993, no sentido de ratificação dos postulados encartados na Declaração de 1948: positivou as características fundamentais desses direitos, quais sejam: a sua universalidade, a sua interdependência e o seu inter-relacionamento².

É em relação a essas características dos direitos humanos, e com base na importância que assumem no cenário global desde o pós-guerra, relativizando inclusive as soberanias domésticas, que a análise do presente trabalho se funda.

Para Bobbio (1992, p. 28) “somente depois da Declaração Universal é que podemos ter a certeza histórica de que a humanidade – toda a humanidade – partilha alguns valores comuns.”

A característica da interdependência do direito humano se dá no tocante as relações íntimas e indissociáveis entre esses direitos. Não se pode garantir a dignidade humana sem que se tenha tutelado o direito à vida ou ao trabalho, por exemplo.

¹Expressão utilizada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

² Parágrafo 5º da Declaração de Direitos Humanos de Viena (1993)

Assim, nesse contexto, avaliaremos a necessidade de adequar à aplicação da justa causa, cuja base é a embriaguez habitual ou em serviço, aos postulados do Direito Internacional do direito humano, especificamente quando essa embriaguez for oriunda da doença alcoolismo.

2.1 EMBRIAGUEZ HABITUAL OU EM SERVIÇO³

Cabe-nos ressaltar que a embriaguez pode decorrer do uso de substâncias diversas do álcool, inclusive as entorpecentes, no entanto nos limitamos na presente análise aquela decorrente da ingestão de bebida alcoólica por indivíduo acometido do mal alcoolismo.

Uma segunda ressalva se faz necessária, qual seja: aquela que concerne a diferenciação conceitual existente entre embriaguez alcoólica habitual e embriaguez em serviço. “Haverá embriaguez alcoólica quando o indivíduo, intoxicado, perde o governo de suas faculdades a ponto de tornar-se incapaz de executar com prudência tarefa a que se consagra” (CARRION, 2009, p.383). A embriaguez em serviço constitui aquela “que acontece no ambiente laborativo, na execução do contrato, ainda que por uma ou poucas vezes. (...) A embriaguez habitual, seria a que ocorre, mesmo sem relação alguma com o serviço (...), porém repetidas vezes dentro de um curto espaço de tempo” (DELGADO, 2008, p. 1197)”.

As duas espécies do gênero embriaguez, podem ser decorrentes de um quadro de alcoolismo, doença reconhecida pela Organização Mundial desde 1967, a partir da 8ª Conferência Mundial de Saúde e catalogada no Código Internacional de Doenças- CID, sob os números F.10.6 (psicose alcoólica *Korsakov*), F.10.2 (Síndrome da Dependência do Álcool) e F.10.4 (*delirium tremens*), entre outras (BARROS, 2009, p. 903). Conceituada, genericamente, como “enfermidade progressiva, incurável e fatal”, a embriaguez alcoólica em serviço é, portanto uma patologia que necessita de tratamento, face constituir árduo e angustiante problema social, e cuja solução independe de medidas que além de ilegais, na hipótese de demissão por justa causa, conforme restará demonstrado, são de caráter simplista, e contrariam o escopo do próprio Direito, qual seja a pacificação social. A vítima de alcoolismo que comparece embriagado, uma única vez, objetivando a execução de suas funções laborais, encontra-se acometido de disfunção ética decorrente de uma doença.

A resolução contratual pelo comparecimento ao serviço sob os efeitos do álcool, além de onerar demasiadamente o trabalhador, já debilitado em face de seu estado, lhe cessa o direito ao custeio inicial (15 primeiros dias) de um possível tratamento, e consequente possibilidade de

³A nomenclatura aqui expressa decorre da literalidade do texto celetista, em seu art.482. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador: (...) f) embriaguez habitual ou em serviço (...).

controle da doença através de uma reabilitação realizada por profissionais do Instituto Nacional de Previdência Social - INSS.

Outrossim, a despedida de empregado acometido de alcoolismo incorre no descumprimento da previsão legal expressa na art.93 da lei nº 8213 de 1991(BRASIL, 1991) cujo texto assim dispõe: “A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados...” Verificada pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho –SESMT a configuração da doença o empregado deve ser encaminhado ao INSS e, após reabilitação retornar ao trabalho.

A respeito do tema em discussão, trazemos à colação os seguintes acórdãos construídos entre meados da década de 90 e início do novo século:

DESPEDIDA INJUSTA - ALCOOLISTA - Embora confessadamente alcoólatra, o empregado, durante todo o período trabalhado, apenas uma única vez se apresentou ao serviço após ter ingerido bebida alcoólica. O fato não enseja a despedida por justa causa, mesmo porque uma advertência ou suspensão, além de lhe proporcionar nova oportunidade, serviriam de estímulo a que o reclamante pudesse perseverar em sua luta contra o vício. Afasta-se a justa causa, porquanto demasiadamente severa. (TRT 9ª R, RO 7.207/1990, Ac. da 3ª T. nº 2.128/1992, Rel. Juiz Roberto Coutinho Mendes, DJPR 20.03.1992);

EMBRIAGUEZ - DESPEDIDA SUMÁRIA - Estando o laborista acometido de Síndrome de Dependência do Alcool, com sucessivos encaminhamentos ao INSS e tratamentos em clínicas especializadas, se mostra injusta a despedida sumária, por embriaguez e perda de confiança, ainda mais sem prova de exame de dosagem alcoólica e tratando-se de empregado com mais de quinze anos na empresa e uma única punição disciplinar datada de sete anos atrás. Despedida que se anula (...) (TRT 2ª R, RO 02960271623, Ac. da 4ª T. nº 02970546226, Rel. Juiz Ricardo Cesar Alonso Hespagnol, J. 14.10.1997, DOESP 24.10.1997);

DISPENSA POR JUSTA CAUSA - EMBRIAGUEZ NO SERVIÇO EM UMA ÚNICA OPORTUNIDADE - ART. 482, F, DA CLT - 1. De acordo com os estritos termos da letra f do art. 482 da CLT, é certo que a embriaguez em serviço para autorizar a dispensa por justa causa não precisa ser, necessariamente, habitual. Assim, uma única vez que ocorra esse evento, pode o empregador, valendo-se de seu poder potestativo, demitir o trabalhador justificadamente. Se ocorrido uma única vez tal fato, entretanto, deve ser avaliado pelo Magistrado, considerando-se todos os fatos e as circunstâncias que motivaram a embriaguez, tendo como parâmetro a justificar, ou não, a validade da adoção da medida extrema os anos de serviços prestados pelo trabalhador, bem como seus antecedentes no âmbito da relação empregatícia. (...) 3. Recurso de revista conhecido e desprovido. (TST, RR 12.990/2002-900-02-00.1, 1ª T., Rel. Min. Emmanoel Pereira, DJU 10.02.2006)

A demissão injusta, por tal motivo, inobserva a proteção constitucional ao emprego (art.7º, inciso I) cujo espoco e a proteção a relação de emprego que é, em princípio, impedir que se extinga, e que possa ser desfeita sem atender aos direitos do trabalhador (SILVA, 2007, p. 290). A Constituição Federal não conferiu uma garantia absoluta, protege-se a relação de emprego por despedida arbitrária, desarrazoada e atentatória a dignidade do trabalhador.

De igual modo, o art.23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário: “Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e a proteção contra o desemprego” (BRASIL, 2008). Na hipótese em tela a conduta a ser observada deve ser o encaminhamento do trabalhador doente à Previdência Social. Tudo com estrita observância aos postulados do Direito do Trabalho, notadamente o da proteção: “As normas são interpretadas mais favoravelmente ao empregado, em caso de dúvida (MARTINS, 2009, p. 41).”

Na mesma questão, sob a ótica previdenciária, temos a vigência pátria do princípio contributivo para fins de participação na Previdência Social, ou seja, apenas aqueles que contribuem podem gozar de benefícios previdenciários quando acometidos de mazelas que o incapacitem para o trabalho. Segundo dados da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em publicação intitulada “Brasil Direitos Humanos” em 2007, pela primeira vez desde o início da mensuração, mais da metade (50,7%) da população ocupada contribuía para Previdência (2008, p.151). Sendo-lhe, unicamente, ao citado percentual a possibilidade de auxílio na hipótese de infortúnio incapacitante.

Privar uma parcela, já margeada, da população ao tratamento adequado diante de uma enfermidade, é ataque direto ao trabalhador que está sob a égide de proteção dos direitos fundamentais elencados, na esfera interna, na Constituição Cidadã de 1988.

A embriaguez habitual, como conceituada, configura-se sem a necessidade de relação direta com o serviço, porém sua prática contumaz em espaço de tempo diminuto autorizaria a resolução contratual em decorrência de seus efeitos alcançarem o serviço. Diante de tal aspecto imaginemos a hipótese de um funcionário, popular entre os demais colegas, em síntese, pela felicidade expressa quando de reuniões em fins de semana nos bares nas redondezas de sua empregadora, em dias e horários diversos daqueles cujo trabalho é exigido, passar a ser motivo de insinuações quanto a sua responsabilidade como profissional em decorrência de seus atos quando em estado etílico. Estaríamos diante de uma autorização à interferência na vida privada do funcionário, bem como da possibilidade de resolução contratual por justa causa?

Inicialmente, ressaltamos que o empregador não pode intervir na vida pessoal do obreiro, exigindo-lhe certas condutas ou ventando-lhes outras, quando as mesmas sejam expressas em lapso temporal diverso daquele assinalado para execução do trabalho. Agindo de tal modo poderá ofender a garantia (art.5º da Carta Magna) de inviolabilidade à vida privada e a liberdade de expressão, bem como direito à intimidade (art.5º, X e XII).

Condutas que não possuam nexo causal com a atividade laboral não podem ser invocadas para fundamentar resolução contratual. Em se tratando da embriaguez habitual é necessária a ocorrência no local de trabalho, durante o expediente, sendo indispensável, porém, a afetação maléfica ao contrato de emprego, justificando, apenas nesta comprovada hipótese, a intromissão do

Direito do Trabalho na esfera pessoal do empregado para fins de investigação médica interna e verificação da existência ou não de patologia.

Em virtude dessas considerações, a manifestação do alcoolismo é decorrente da não percepção dos limites entre o “beber socialmente” e entregar-se ao vício contumaz. Aplicar a pena capital pelo caso acima citado não subsiste no direito pátrio, e, ainda que tal fato passasse a desencadear consequências no ambiente laboral a resolução seria inviável, face encontra-se o indivíduo acometido de doença. A própria doutrina avalia a necessidade de verificação das circunstâncias na aplicação da justa causa. “Não existe justa causa isolada, sempre válida para todos os tempos e lugares. Muito ao contrário; toda justa causa é relativa (BARROS, 2009, p.192)”

A embriaguez habitual do empregado é doença degenerativa e fatal, logo o empregado alcoólatra deverá ter seu contrato suspenso e encaminhado à Previdência Social para controle do vício, ou então aposentado por invalidez, dependendo do quadro clínico, pois está acometido de doença catalogada no CID. Ele é considerado muito mais como um desafortunado do que com um mal profissional e, por isso mesmo, deverá ser encaminhado ao serviço de saúde (BARROS, 2009, p. 903).

A disposição esposada pela doutrinadora e Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região não destoa da vontade legislativa que, atenta a disseminação do vício em álcool, determina como objetivo da Política Nacional sobre o Álcool (BRASI, 2007) “a intersectorialidade e a integralidade de ações para a redução dos danos sociais, a saúde e à vida oriunda do consumo desta substância”; elencando igualmente o rol de competentes, como o “Governo, com a colaboração da sociedade” e cujas diretrizes alcançam “privilegiar as iniciativas de prevenção ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas nos ambientes de trabalho”. Não cabendo ao caso em análise a interpretação de que é tarefa, apenas, do Estado assumir o cidadão alcoólatra, tratando-o, para que possa recompor-se e retorne ao ambiente de trabalho.

O trabalho humano “princípio geral da atividade econômica (art.170, CF)”, bem como base da ordem social (art.193, CF), com fundamento na “dignidade da pessoa humana (art. 1º, III)” deve ser despendido em prol do empregador, que responde pelos riscos da atividade econômica e incolumidade do trabalhador. Ressaltamos que, igualmente o legislador celetista dispensa ao empregador a “obrigação de meio”, cabe ao empregador cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho (art.157, I), bem como manter serviços especializados em segurança do trabalho (art.162, caput, CLT).

Por delegação legislativa, o Ministério do Trabalho e Emprego editou a Portaria nº 3.214/1978, que, com suas alterações posteriores, complementou a obrigação de a empresa manter o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (Norma Regulamentadora MTE nº 7), destinado à promoção e preservação da saúde dos trabalhadores. A implementação correta do

respectivo programa permite a identificação da patologia estudada, seu estágio e por conseguinte as medidas em prol de sua resolução de modo diverso a resolução do contrato de trabalho.

2.1.1 Interpretação legislativa

O parâmetro desta abordagem ultrapassa a literalidade e a interpretação gramatical do disposto no art.482, ``f`` da CLT, e, deste modo busca analisar a adequação ou não da resolução contratual, sob fundamento legislativo citado, aplicada ao indivíduo acometido pelo “alcoolismo”, mal, de modo diverso do estágio médico científico de 1943, classificado como moléstia pela Organização Mundial de Saúde e catalogada no Código Internacional de Doenças- CID, sob os números F.10.6 (psicose alcoólica *Korsakov*), F.10.2 (Síndrome da Dependência do Alcool) e F.10.4 (*delirium tremens*).

Malgrado consideremos a ilegalidade por flagrante respeito aos postulados, até então elencados, e sua imprescindível observância nos reportamos a adequada interpretação legislativa no que concerne ao exposto no art. 482, “f” da CLT⁴. Concebido sob as seguintes indagações; o sistema normativo é coerente ou não? É completo ou incompleto?

Como evidencia BARROS (2009, p.147) “O problema das lacunas do direito, como aparece hoje, começa na época da Revolução Francesa.” Reportando-se ao art.3º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1778 que reza: “ O princípio de toda soberania reside, essencialmente, na nação”. Essa substituição do rei pela nação acaba por dar lugar separação dos poderes, com caracteres próprios e autônomos. “O poder judiciário passa a interpretar a lei (BARROS, 2009, p.147)”. A coerência ou não e o fato de ser ou não completo fez surgir vertentes doutrinárias diversas, por compreensão no direito como compartimento não estanque, no que concerne a resolução contratual por incidência do art. 486, ``f`` Consolidado vislumbramos uma distorção, uma incompatibilidade lacunosa entre a realidade fática de classificação do alcoolismo como doença e o texto legislativo de 1943, cuja aplicabilidade não mais pode ser respaldada pelo judiciário.

O modo como concebemos o sistema evidenciará a existência ou na da lacuna. Se admitirmos que o sistema normativo é fechado, toda ação nele determinada. Se, ao contrário, se admite o sistema normativo como aberto e incompleto. O direito regula as ações humanas e como tal são elas passíveis de mudanças conforme seu momento histórico e impressões lançadas ao caso

⁴ Tramita no senado o projeto de Lei n. 48 de 2010 que **Modifica o art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, o art. 132 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o art. 118 da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, para disciplinar a demissão e estabelecer garantia provisória de emprego ao alcoolista. O projeto objetiva remediar situação existente, inserindo, nesses três diplomas, lançando disposições que conferirão ao dependente de bebidas alcoólicas uma mais que necessária proteção legal. Lei que consideramos mais uma manifestação da necessidade de expressão legislativa gramatical, quando o mais adequado seria a interpretação ao conjunto fático probatório existente atualmente, diverso daquele conhecido pelo legislador da Consolidação em 1943 no que concerne ao alcoolismo como uma doença.**

em análise.

“A lacuna é sintetizada pela seguinte fórmula: Direito – Lei = lacuna. Uma lacuna verdadeira é aquela em que a lei deve uma resposta. Nesse caso o juiz completa o direito”(BARROS, 2009).

O sistema jurídico vigente não é coerente com a realidade experimentada, o alcoolismo é uma doença. “O auxílio doença será devido ao segurado que, após cumprido, quando for o caso, a carência exigida, ficar incapacitado para o seu trabalho (CASTRO, 2008, p. 594)”. E como doença deve ser avaliada, não podendo, sobre o pretexto de análise normativa gramatical, conceber sua desconstituição fática por apego as frias letras Celetista em detrimento ao arcabouço jurídico que o valida.

O juiz não poderá abster-se de solucionar o caso concreto, nos limites do requerido, sob a alegação de que a lei é omissa (art.126, CPC)⁵. Cabe-lhe integrar o ordenamento jurídico positivo.

Godinho (2008, p. 233), reportando-se a possibilidade de existência lacunosa da lei assim se manifesta:

Diz-se extensiva a interpretação que conclui ser a transparente expressão lingüística da norma jurídica menos ampla do que o exato sentido objetivado pela norma. A letra de expressão da norma traduz com insuficiência seu conteúdo: a razão e a vontade da norma (*ratio legis* ou *mens legis*) não se encontra inteiramente satisfeitas e expressadas na fórmula lingüística adotada pelo legislador (*dixit minus quam voluit*). Pela interpretação extensiva, cabe ao intérprete ampliar o sentido do texto legal formal expresso, para alcançar o sentido real e efetivo da norma.

A manifestação expressa por Godinho, aplica-se ao art. 472, “f” da CLT. O espírito do legislador foi a punição ao indivíduo que ao consumir álcool intencionalmente, corrompia o laço de confiança existente entre ele e seu empregador. A situação aqui discutida e os estudos médicos e científicos demonstram que o ato de ingestão alcoólica pode ser decorrência de uma patologia, cabendo ao empregador, previamente, identificá-la sob pena de aplicação injusta de pena capital na resolução contratual.

A identificação prévia, como já evidenciada, é albergada pelo princípio no direito pátrio pelo “princípio das presunções favoráveis ao trabalhador”, estando no contexto da ruptura do contrato empregatício claramente incorporada pela jurisprudência trabalhista do país⁶.

⁵ A legislação celetista permite aplicação subsidiária das disposições oriundas do Direito Processual Civil.

⁶ O Tribunal Superior do Trabalho em consonância com a jurisprudência manifestada de modo reiterado, editou a súmula n.212 nos seguintes termos: O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável do empregado.

2.2 ATO ATENTATÓRIO A DIGNIDADE HUMANA: discriminação do alcoólatra

O respeito a dignidade humana do indivíduo é corroborado pelo princípio da proibição da discriminação. A hipótese prevista do art. 482, “f” da CLT é, inaplicável aquele que apresenta um quadro de alcoolismo. É necessário admitir que a natureza faz as pessoas desiguais, e a lei não pode torná-las exatamente iguais se são diferentes.

Barbosa (1956 *apud* MARTINS, 2009, p. 32) afirma na célebre Oração aos Moços que a “regra da igualdade consiste senão em aquinhoar desigualmente os desiguais, na medida em que sejam desiguais”. Não sendo cabível aplicação do art.482, “f” da CLT ao indivíduo acometido pelo mal do alcoolismo, doença reconhecida pela Organização Mundial de Saúde e incorporada ao ordenamento jurídico nacional, no que concerne a própria imputação de responsabilidade ao ébrio.

Produto do Estado Social de Direito, a igualdade substancial ou material propugna redobrada atenção por parte do legislador e dos aplicadores do Direito à variedade das situações individuais e de grupo, de modo a impedir que o dogma liberal da igualdade formal impeça ou dificulte a proteção e a defesa dos interesses das pessoas socialmente fragilizadas e desfavorecidas. (GOMES, 2005)

Joaquim Barbosa evidencia uma faceta do direito, igualmente, aplicável ao alcoólatra, indivíduo neste momento e um trabalhador fragilizado que necessita de auxílio.

3 A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS SÓCIO-PROTETIVAS

Várias são as empresas privadas, que na contramão da jurisprudência de alguns tribunais, antecipam-se e passam a implementar dentro de suas estruturas a efetividade do conhecimento científico, atrelado ao princípio da dignidade humana. Reconhecendo o alcoolismo como doença, necessitando o trabalhador de proteção a sua dignidade, desenvolvem projetos cujo essência e a melhoria da qualidade vida de seus trabalhadores. Tais projetos se propõem a abordar a temática do uso indevido do álcool, no sentido de prover de informações e ações relativas aos colaboradores e seus familiares.

Com atuação educativo-preventiva por meio de palestras, cursos e eventos de interação social, inclusive com intervenção do setor médico no que concerne a identificação da patologia.

A ação inicia-se com eventos preventivos, no decorrer de sua aplicação busca-se identificar aqueles que apresentam a patologia, o que posteriormente é submetida a confirmação do Departamento Médico, neste momento o trabalhador é convidado a assinar um “Termo de Participação”, quando o mesmo é encaminhado ao tratamento custeado pela empresa.

Na hipótese de desistência ou abandono do programa o empregado, caso continue a

apresentar a patologia, será encaminhado a Previdência Social, havendo negativa daquela ou reabilitação funcional o mesmo retorna aos quadros da empresa e na hipótese de novas manifestações capazes de interferir na execução de suas funções o mesmo tem seu contrato resolvido sem aplicação da pena capital.

4 CONCLUSÃO

Do mais singelo ao mais cientificamente capacitado indivíduo da família humana, as limitações inerentes a sua natureza lhe tornam vulneráveis as mais diversas mazelas, dentre as quais encontra-se a dependência alcoólica.

Conceber que no atual estágio de Estado social, bem como da função social da iniciativa privada, uma patologia, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde, seja desencadeadora de uma resolução contratual na sua manifestação mais drástica, por uma análise hermenêutica tão superficial quanto o é a gramatical, seria desprezar todos os postulados hodiernos de direitos humanos e se colocar em posição antagônica a do carro evolutivo da História.

Nos filiamos a presteza do direito no que concerne a proteção integral ao trabalhador, cujo fundamento tanto é de direito interno, uma vez que assim o garante a Carta de 1988, quanto de direito internacional humano. Sendo, portanto, ataque à direito fundamental e à direito humano a demissão por “ justa causa”, de trabalhador que se encontra acometido de doença crônica. Não devendo a jurisprudência pátria tutelar ato discriminatório sob o insuficiente argumento da perda da confiança nas atividades laborais de trabalhador doente, conforme restou demonstrado.

REFERÊNCIAS

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 5 ed. São Paulo: LTr, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.117, de 22 de maio de 2007. Aprova a Política Nacional sobre o álcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 maio 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6117.htm. Acesso em:

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal**. – Brasília: SEDH, 2008.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista (1ª Turma) nº 12.990/2002-900-02-00.1. Dispensa por justa causa – Embriaguez no Serviço em uma única oportunidade. Relator: Ministro Emmanoel Pereira. **Diário da Justiça da União**. 10 fev. 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. **Constituição da República Portuguesa anotada**. Coimbra: Ed. Coimbra, 2007. v. 1.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho Legislação complementar/ jurisprudência**. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CASTRO, Carlos A. Pereira de; LAZZARI, João B. **Manual de Direito Previdenciário**. 10 ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direto do Trabalho**. 7 ed. São Paulo: LTr, 2008.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 1999.

GODINHO, Adriano Marteleto. O Estatuto Jurídico do Nascituro no Direito Brasileiro. **Revista Jus Scriptum**. Lisboa, v. 2, n. 3, p. 1-10, 2006.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. Publicado em 17/06/2005. Disponível em: <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0049.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2009.

IOB. Juris Síntese IOB. Legislação atualizada e consolidada até 10.08.2009. Software – CD ROM.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense**. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PARANÁ. Tribunal Regional do Trabalho (9ª Região). Acórdão da 2ª Turma nº 2.12//1992 (RO 7.207/1990). Despedida Injusta – Alcoolista. Relator: Juiz Roberto Coutinho Mendes. **Diário da Justiça do Paraná**. Curitiba, 20 mar. 1992.

PIOVESAN, Flávia. Concepção contemporânea de direitos humanos. In: ROCHA, João Carlos de

Carvalho; HENRIQUES FILHO, Tarcísio Humberto Parreiras; CAZETTA, Ubiratan (coord.). **Direitos Humanos**: desafios humanitários contemporâneos, 10 anos do Estatuto dos Refugiados. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SÃO PAULO. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). Acórdão da 4ª Turma nº 02970546226 (RO 02960271623). Embriaguez – Despedida Sumária. Relator: Juiz Ricardo César Alonso Hespanhol. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 10 fev. 2006